



Arcangela Tarabotti: Igualdade entre os sexos e o problema da liberdade das mulheres

Arcangela Tarabotti: Equality Between the Sexes and the Problem of Women's Freedom

Flávia BENEVENUTO¹

Doutora em Filosofia, Professora Associada UFAL.

E-mail: flavia.benevenuto@ichca.ufal.br

RESUMO:

Trata-se de apresentar a discussão acerca da liberdade das mulheres, tal como tratada por Arcangela Tarabotti (1604-1652). Em seu tratado, "*Tiranía Paterna*", a filósofa veneziana denuncia a arbitrariedade dos pais ao enviar suas filhas para conventos sem o consentimento delas, privando-as da liberdade sem que tenham cometido crime algum. Tarabotti critica a contradição entre a devoção a Deus e o claustro forçado, ressaltando a importância do livre arbítrio, que, segundo ela, é concedido igualmente a homens e mulheres. Sua obra é uma defesa fervorosa da liberdade, feita em meio a um período que deixava as mulheres à margem de uma longa e profícua discussão filosófica em torno de temas como igualdade e a liberdade política. Para defender a liberdade para as mulheres, ela rejeita a ideia de que o convento seja o único local de devoção a Deus, enxergando-o como uma forma de tirania exercida pelos homens sobre as mulheres, indo contra a vontade divina. A partir disso, pretende-se investigar o problema do livre arbítrio, o tema das paixões e a questão da fragilidade que diz respeito ao corpo das mulheres, de modo a compreender as especificidades das limitações impostas às mulheres, tal como compreendidas por Tarabotti.

PALAVRAS-CHAVE: Tarabotti, mulheres na filosofia, livre-arbítrio, paixões, liberdade.

ABSTRACT:

¹ Professora do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas da UFAL. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFS. Doutora em Filosofia UFMG, com estágio de doutoramento (doutorado sanduíche) pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS–Paris, 2008-2009). Pós-Doutorado em Filosofia pela USP (2013) e pela UFMG (2022). Atualmente, é membro de sustentação do Grupo de Trabalho: Ética e Filosofia Política do Renascimento da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF. Coordena o Grupo de Pesquisa Ética e Filosofia Política da UFAL.

It is a matter of presenting the discussion on women's freedom, as addressed by Arcangela Tarabotti (1604–1652). In her treatise *Tyrannia Paterna*, the Venetian philosopher denounces the arbitrariness of fathers in sending their daughters to convents without their consent, depriving them of freedom without any crime committed. Tarabotti criticizes the contradiction between devotion to God and forced enclosure, emphasizing the importance of free will, which, according to her, is granted equally to men and women. Her work is a fervent defense of freedom, produced in a period that marginalized women from a long and fruitful philosophical debate on topics such as equality and political freedom. To advocate for women's freedom, she rejects the idea that the convent is the only place for devotion to God, viewing it as a form of tyranny exercised by men over women, going against divine will. Based on this, the aim is to investigate the problem of free will, the theme of passions, and the issue of fragility concerning women's bodies, in order to understand the specific limitations imposed on women as perceived by Tarabotti.

KEYWORDS: Tarabotti, women in philosophy, free will, passions, freedom.

Arcangela Tarabotti (1604-1652), freira veneziana do início do século XVII, enclausurada por volta dos doze anos de idade, move sua pena de modo a conduzir seu leitor a uma longa e profunda reflexão sobre a liberdade. Sua principal obra, *Tirania Paterna*², que começou a circular cerca de dois anos após sua morte, revela a vivacidade de um pensamento que encontrou na escrita a possibilidade de expressar aquilo que lhe havia sido negado a vida inteira. Presa em uma cela em um convento, contra sua vontade, Tarabotti se vale dos fundamentos filosóficos que pôde aprender a partir de um acervo limitado, mas que ultrapassava os limites da biblioteca da instituição onde residiu³, para refletir sobre a liberdade das mulheres de seu tempo. Fazendo bom uso dos recursos que tinha enquanto freira a autora recorre aos filósofos cristãos, especialmente aos conceitos relacionados às *leis de Deus*. A partir delas procura evidenciar o absurdo de sua própria condição que, como tantas outras mulheres, se encontravam enclausuradas contra sua vontade. Ela o faz exibindo as contradições entre os preceitos cristãos da vontade divina e as imposições dos homens de seu tempo que estrangulavam a liberdade das mulheres.

Dentre os escritos de Tarabotti uma carta se destaca. Nela a filósofa se dirige à *Sereníssima República de Veneza*⁴, sua terra natal, para destacar a principal característica daquela República, seu valor

² O texto também recebe o título *La Semplicità Ingannatta*.

³ Na apresentação de uma das obras de Tarabotti Susanna Mantioni afirma que a clausura não impediu Tarabotti de estabelecer relações com os personagens mais emblemáticos da cena cultural e política de Veneza. Ver, a esse respeito, Mantioni, 2015, p.9-10. Podemos pressupor que isso possibilitou a ela acessar um acervo maior do que o de seu convento.

⁴ Todas as traduções são nossas.

mais elevado, a liberdade. De acordo com ela, “até os cantos mais remotos do mundo conhecido, as asas da Fama carregam as notícias de como você, Sereníssima Rainha, concede liberdade incondicional às pessoas que vivem em sua bela cidade”. (Tarabotti, 2004, p. 37) A liberdade, principal tema discutido pelos humanistas italianos desde o *Quattrocento* ganha um novo contorno nos escritos da freira. A referência direta à República de Veneza traz à tona o desconforto da filósofa que se percebe excluída. Tal desconforto vai de encontro aos fundamentos do debate clássico que se consolidou ao longo do Renascimento e que parte da ideia de igualdade como um pressuposto da liberdade da República, da qual seus concidadãos se vangloriavam⁵.

Desse modo, faz-se necessário acrescentar que além da filosofia cristã, a autora dialoga com os escritos dos humanistas e isso também parece se refletir em seus textos. No período do Renascimento, imediatamente anterior à autora, o debate em torno na liberdade pressupunha a ideia de igualdade. Esta última era pensada a partir das formas de governo e da participação de todas as partes da república nas decisões importantes de tal comunidade política, como pensou Maquiavel. Considerando-se outros aspectos que de uma forma ou de outra se relacionam com os assuntos públicos há diferenças marcantes nesse debate sobre a igualdade, principalmente se ampliamos nosso olhar a pensadores como Poggio e Guicciardini, por exemplo⁶. O debate sobre a liberdade⁷ se dá a partir de uma certa compreensão da ideia de igualdade, uma vez que geralmente pressupõe liberdade entre iguais. Em temas políticos, esse debate que se estendeu por todo o período do Renascimento, pelo menos nos textos escritos por homens, deixou de lado as mulheres.

O texto de Tarabotti também traz uma reflexão sobre o tema da igualdade. Mas, diferentemente dos humanistas e filósofos do Renascimento, inclui as mulheres de forma direta em seus apontamentos, investigando a desigualdade cultural entre os sexos. Ela se vale do arcabouço conceitual da filosofia para fazê-lo, suscitando uma reflexão sobre os princípios fundamentais do ser humano, evidenciando como as mulheres são excluídas da cena pública e tomadas como humanos inferiores que supostamente precisariam de tutela masculina. Sua pena nos conduz à discrepância entre o debate renascentista em torno do tema da liberdade e às reivindicações femininas em torno do mesmo tema. A autora o explicita quando afirma, na mesma carta à Veneza, que “é justo dedicar meu livro ao seu grande senado e seus senadores, que, aprisionando suas jovens donzelas para que recitem o Saltério, rezem e façam penitência em seu lugar, esperam tornar eterna a mais bela virgem República, Rainha do Adriático”. (Tarabotti, 2004,

⁵ Sobre a originalidade do republicanismo renascentista, edificado a partir da relação entre liberdade e igualdade, ver: Cardoso, 2022.

⁶ Sobre o tema da igualdade no Renascimento Italiano ver: Fontes, 2024.

⁷ Tratamos o tema da liberdade em: Benevenuto, 2021.

p. 37-38) A passagem, que faz referência à Veneza, explicita que o problema apontado pela autora não é de ordem privada, como geralmente os homens o pensavam em seu tempo. Não podemos deixar de mencionar, conforme evidencia Margaret King, que as mulheres nesse período eram, em grande medida, tratadas como bens, como uma extensão dos homens, por vezes mencionadas em documentos como propriedade⁸ e, nesse sentido, as demandas femininas eram próprias da esfera privada. Em contraposição à essa impressão história mais geral, e mais próxima dos ideais humanistas venezianos, Tarabotti reivindica em seus escritos uma pauta específica, que parece pressupor o debate já consolidado entre os pensadores de seu tempo e que mobiliza tanto o tema da igualdade quanto a liberdade em termos políticos.

De certa forma, Tarabotti se apropria do debate renascentista, que parte da igualdade para pensar a liberdade, com um intuito diferente do deles, a saber: pensar especificamente as condições sociais das mulheres, sobretudo as que possibilitavam o enclausuramento forçado. De fato, as aspirações de Tarabotti dizem respeito ao enclausuramento forçado de mulheres e, se levarmos seus argumentos às últimas consequências, ela parece reivindicar uma forma política ou social capaz de possibilitar ao menos uma reflexão na direção da igualdade entre os sexos. Reflexão que poderia ter por resultado algum vislumbre de liberdade para as mulheres. Sua construção argumentativa divide o tema em aspectos distintos, passando pelo problema do livre-arbítrio, pelo mote das paixões e pela questão da fragilidade que diz respeito, inevitavelmente, ao corpo das mulheres. Temas que constituem os objetivos dessa investigação.

O LUGAR DAS MULHERES E A CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DO ENCLAUSURAMENTO FORÇADO

O ponto de partida de Tarabotti é a diferença abissal com que a cidade compreendia os sexos. Tendo-a em vista, a autora se opõe a todos os que de alguma forma defendem a inferioridade das mulheres, incluindo a constituição da República de Veneza⁹, para ponderar igualdade entre os sexos e liberdade para as mulheres. Sua reivindicação vai ao encontro de um problema crônico e, para ela, absurdo: o encarceramento forçado de mulheres sabidamente inocentes. Em um tempo em que homens

⁸ Margaret King, ao tratar a questão dos dotes, chega a mencionar documentos em que filhas são tratadas como mercadorias (King, 1991, p. 33).

⁹ É sintomático que Tarabotti se dirija à República de Veneza. A afirmação de Políbio sintetiza a compreensão que se tinha da forma de governo. De acordo com ele, “a causa predominante do sucesso e de seu contrário em todos os assuntos relativos ao grande governo de um povo é a forma de sua constituição, pois dela, como de uma fonte, nascem não somente todos os designios e planos, mas a sua própria realização”. (Polybe, 2003, VI-2, p.69) Tratamos o tema da melhor constituição na tradição republicana em: Benevenuto, 2019.

só conheciam o cárcere quando cometiam crimes, encarcerar jovens mulheres em conventos, contra a vontade delas, era para a autora um problema de ordem pública, um problema político. Sua denúncia, nesse sentido, tende a identificar uma República que o permitiu, que o possibilitou e legitimou, que nada fez por suas jovens.

Após acusar sua cidade que permitia que jovens mulheres fossem privadas de liberdade, presas em conventos contra vontade, ela se dirige a Deus para distanciar o enclausuramento da devoção. Ao fazê-lo, ela reforça o cunho político de seu texto. De acordo com ela,

sabes bem, querido e amado Senhor, que se eu dedicasse este trabalho aos príncipes terrenos, ele seria rejeitado - talvez proibido - por causa de suas "razões de estado"; e, considerado prejudicial aos interesses políticos egoístas dos homens, seria evitado por todos em geral. (Tarabotti, 2004, p. 39)

Nessa passagem Tarabotti demonstra conhecer bem o contexto inóspito de recepção de sua obra. Os obstáculos que encontrou para publicar seus livros o evidenciam e a obra em questão, *Tirania Paterna*, é uma publicação póstuma. Ao *Leitor* a filósofa se dirige de forma mais delicada, detalhada e cuidadosa. Ela antecipa as razões pelas quais o texto seria rejeitado e precipita sua defesa. De acordo com ela, “duas das principais observações impertinentes que você ouvirá expressas são, em primeiro lugar, que eu nutro dentro de mim um desprezo particular pelos homens; e, em segundo lugar, que eu detesto a vida religiosa”. (Tarabotti, 2004, p. 40) Diante de tais acusações, ainda que pressupostas por ela, Tarabotti se defende: “condeno os vícios dos homens, não o homem em si; e condeno a vida religiosa imposta, não aquelas mulheres chamadas pelo Espírito Santo que se retiram voluntariamente nos conventos para servir a Deus”. (Tarabotti, 2004, p. 40) Ao afirmá-lo Tarabotti passa a se dirigir somente aos homens que cometeram, ou de algum modo corroboraram, o crime do enclausuramento forçado, tal como se pode observar ao longo da *Tirania Paterna*.

Tarabotti inicia esse livro, direcionando seu leitor ao problema principal, a saber: *o crime do enclausuramento forçado*, partindo da caracterização daqueles que cometem o crime. As observações iniciais feitas pela autora nos permitem presumir que ela se restringe àqueles que impuseram a clausura às mulheres que dependiam deles. Desse modo, faz-se necessário ponderar que ela não destina suas acusações a todos os homens, mas apenas ao grupo previamente indicado por ela, ou seja, o grupo de homens que pratica ou endossa o crime do enclausuramento forçado. Ainda assim, a passagem que abre o capítulo é tão contundente que impõe certa perturbação ao seu leitor. De acordo com ela, “a depravação dos homens não poderia ter concebido um crime mais atroz do que a desafiadora transgressão dos

decretos invioláveis de Deus. No entanto, dia após dia, os homens nunca cessam de desafiá-los por meio de ações ditadas pelo interesse próprio”. (Tarabotti, 2004, p. 43).

O crime suscitado pela freira consiste na prisão de inocentes, agravado pela pouca idade e relutância das jovens. A prisão, normalmente cabível àqueles que cometeram crimes, não cabe à inocentes. No entanto, arrastar meninas aos conventos era um costume, obrigá-las a passar o resto de suas vidas em pequenas celas era um acontecimento passível de aceitação social em seu tempo. Isso leva Tarabotti a analisar as especificidades do que ela considera ser um crime, haja vista que pervertem os princípios cristãos e difamam as mulheres, tal como procuraremos mostrar a seguir.

O PROBLEMA DO LIVRE ARBÍTRIO DAS MULHERES

A investigação filosófica de Tarabotti procura evidenciar a igual liberdade de escolha entre homens e mulheres. Ela parte das Escrituras para constatar que o livre-arbítrio foi dado igualmente a homens e mulheres, o que, para ela, implica em igual liberdade de escolha. Para Tarabotti, o enclausuramento forçado de meninas lhes priva daquilo que lhes foi legado por Deus e, por isso, contraria as leis divinas. Sua estratégia argumentativa é identificar as contradições inerentes aos pressupostos do constrangimento da liberdade das mulheres.

A primeira dessas contradições pode ser pensada a partir da virgindade. Para fazê-lo, Tarabotti recorre à distinção entre ato voluntário e involuntário. Tal como é sabido, essa distinção, clássica na história da filosofia, remonta a Aristóteles. Sabendo da dificuldade de se contrapor a um argumento de tamanha autoridade Tarabotti se empenha, expondo a contradição com clareza. Em uma passagem em que ela se refere a Deus, afirma que

Ele, de fato, se agrada do voto voluntário de virgindade mais do que de todos os outros sacrifícios oferecidos a Ele, mas, ao mesmo tempo, abomina o que é feito à força e o que é sagrado apenas em nome - a condição de freiras fechadas involuntariamente (embora completamente inocentes), como se fossem criminosas condenadas à prisão perpétua. (Tarabotti, 2004, p. 41)

Dentre os problemas destacados por Tarabotti a passagem evidencia a relevância da possibilidade de poder escolher. A imposição da vida no convento releva ausência de escolha. Desse modo, o problema central diz respeito à imposição de uma vida que seria louvável se tivesse sido escolhida. Ou seja, o problema não é escolher ser freira, é a imposição do que deveria ser uma escolha. Sobre a imposição do convento, ou do casamento, Margaret King¹⁰ ressalta que geralmente a vontade da

¹⁰ Sobre o tema da falta de autonomia das mulheres em relação ao casamento e ao convento ver King, 1991, p. 81-103. Tratamos esse tema em: Benevenuto, 2024.

mulher é ignorada e quem toma a decisão acerca do convento ou casamento é geralmente o pai ou, na falta dele, o homem da família. Elizabeth Foyster esclarece a relação entre o reconhecimento da honra masculina e a capacidade do homem de provar que é honrado em casa. Para ela, “os homens de qualquer posição social só eram considerados dignos de honra se pudessem demonstrar controle sobre suas esposas, filhos e servos. Consequentemente, a honra era um conceito vital para a defesa do poder masculino.” (Foyster, 1996, p. 215). Foyster investiga mais de perto o contexto inglês¹¹ do século XVII, mas seu texto nos permite expandir essa compreensão ao contexto sociocultural europeu, onde os homens são honrados por controlar esposas e filhas.

Tal modo de proceder, amplamente aceito socialmente, é inadmissível para Tarabotti, pois, para ela, revela um ato criminoso. Para evidenciar o crime ela parte da inconsistência entre as leis de Deus e as leis e costumes de seu tempo. Valendo-se dos princípios tomistas a filósofa destaca as dimensões do problema dessa inconsistência. De acordo com ela, “entre seus excessos condenáveis, o primeiro lugar deve ser dado ao enclausuramento de mulheres inocentes nos muros dos conventos sob pretextos aparentemente santos (mas realmente perversos)”. (Tarabotti, 2004, p. 43) A perversão parece se dar especialmente na justificativa de que torná-las santas à força agradaria a Deus. O que a autora mostra é que nem é possível torná-las santas à força e nem é possível louvar a Deus com um ato compulsório. Tal perversão culmina em crime: privar de liberdade jovens mulheres sem que elas tenham cometido crime algum. A autora reitera a especificidade do crime contra as jovens moças, uma vez que os homens só conhecem a prisão enquanto punição consequente de algum crime cometido. Faz interessante notar que quando ela menciona *o que é sagrado apenas em nome* parece lidar, ainda que indiretamente, com um argumento bastante conhecido do *De Officiis* de Cícero, segundo o qual importa mais o que realmente é do que o nome que se atribui a algo¹².

Ao refletir sobre o crime pela perspectiva filosófica ela observa que o encarceramento das mulheres em conventos contra a vontade delas viola o livre-arbítrio. De acordo com ela,

os homens ousam ameaçar o livre arbítrio, concedido tanto a homens quanto a mulheres pela Majestade Divina; eles forçam as mulheres a viver em prisões vitalícias, embora culpadas de nenhum erro além de terem nascido do sexo mais fraco - e, consequentemente, mais dignas de compaixão, assistência e apoio, em vez de serem trancadas para sempre em masmorras. (Tarabotti, 2004, p. 43)

¹¹ Sobre o tema da liberdade das mulheres no contexto inglês ver: Santos, 2024.

¹² Cícero discute o tema da aparência ao longo do livro II do *De Officiis*.

Esse argumento pressupõe que homens e mulheres possuem livre-arbítrio. Tendo sido igualmente dotados de livre-arbítrio, ambos possuem capacidade de escolha. É vivendo livres que podem exercer o livre-arbítrio de forma plena. Para Tarabotti, não cabe aos homens escolherem pelas mulheres. Desse modo, a decisão da vida no convento, ou do casamento, ou sobre qualquer outro assunto que diz respeito à vida das mulheres cabe a elas, de outro modo estão privadas de exercerem seu livre-arbítrio. Além disso, não há nada que justifique o enclausuramento de uma inocente. Tal ato é perverso e contrário às leis divinas.

Ao mesmo tempo que identifica o crime a partir de um abuso Tarabotti se vale dos preceitos cristãos para defender o que hoje poderíamos chamar de princípio de equidade entre homens e mulheres. Seu argumento parte do princípio de que ambos, homens e mulheres, são dotados de intelecto, liberdade e vontade. Em suas palavras:

Que abuso grosseiro, que erro imperdoável, que decisão maligna e que audácia pura é essa ação quando a Providência Divina, afinal, concedeu livre arbítrio a Suas criaturas, quer masculinas ou femininas, e dotou ambos os sexos de intelecto, memória e vontade! Por meio dessas três faculdades, eles são capazes de evitar o mal evitável e buscar o bem de sua escolha por sua própria inclinação voluntária, não por medo servil. (Tarabotti, 2004, p. 44).

A passagem ilustra a maneira como Tarabotti mobiliza um repertório conceitual próprio da filosofia para refletir sobre o tema da liberdade das mulheres. Sem liberdade não é possível agir voluntariamente e esse é um ponto central na argumentação da autora. Essa liberdade, concedida pela Providência Divina e que se constitui como livre-arbítrio, é o ponto de partida da vontade. Não é possível exercer o livre arbítrio quando não é possível agir voluntariamente. Nesse sentido, encarcerar mulheres contra a vontade delas é privá-las de agir voluntariamente, privá-las do livre-arbítrio concedido pela Providência. É, portanto, um abuso, um crime, inconcebível na ordenação divina e insustentável nas leis dos homens.

A gravidade do crime leva Tarabotti a investigar mais de perto a especificidade das vítimas, ou seja, a leva a investigar propriamente as mulheres e o contexto cultural no qual elas se inscrevem, tendo em vista conhecê-las melhor para entender as dimensões e circunstâncias do crime. Para fazê-lo ela se vale das Escrituras e de seus conhecimentos aprofundados do texto bíblico que uma vida toda na condição de freira enclausurada lhe propiciou. O ponto de partida é a criação, em especial a criação da mulher. O primeiro movimento do texto nessa direção diferencia a criação material da eternidade. Nesse sentido, Tarabotti menciona Maria, mãe de Deus e afirma que “ela existia desde toda a eternidade, a primogênita de todas as criaturas geradas pelo sopro do próprio Deus”. (Tarabotti, 2004, p. 45). Mais

adiante, a filósofa acresce as motivações dos homens para mitigá-lo e termina por citar o texto bíblico no intuito de provar seu argumento.

Maria, uma mulher como todas as outras, não estava obrigada a implorar sua existência a partir da costela de um homem! Ela nasceu antes do próprio tempo, bem como antes de outros homens que, cegos pela ambição de governar o mundo por conta própria, passam por esta verdade infalível em silêncio: que na mente divina, a mulher foi criada ab eterno. 'Fui estabelecida desde a eternidade, e desde o princípio, antes da terra ser feita. Os abismos ainda não existiam, e eu já estava concebida' [Provérbios 8:23–24]. (Tarabotti, 2004, p. 45)

Ancorada nas escrituras Tarabotti aponta a ambição e perversidade dos homens como fundamento de leituras distorcidas das passagens bíblicas que tratam a criação da mulher. Uma vez esclarecido tratar-se da criação material podemos compreender também uma afirmação particular da autora, segundo a qual “a mulher, o compêndio de todas as perfeições, foi a última a ser criada”. (Tarabotti, 2004, p. 45) A essa ideia de perfeição da mulher a filósofa opõe às imperfeições dos homens. Para fazê-lo ela desenvolve sua própria interpretação das Escrituras, sempre fundamentada pelo texto bíblico. De acordo com ela,

Depois que o Senhor criou o universo e todos os animais - como acabei de dizer - está escrito: 'E Deus viu todas as coisas que havia feito, e eram muito boas' (Gênesis 1:31). Ele então começou a moldar o animal mais orgulhoso de todos; mas quando Ele terminou, Ele não considerou Sua obra perfeita e, portanto, não a reconheceu como boa. Por esse motivo, Gênesis não acrescenta as mesmas palavras que antes; mas prevendo que sem a mulher o homem seria o compêndio de todas as imperfeições, Deus disse após algum pensamento: 'Não é bom que o homem esteja sozinho; façamos para ele uma ajudante, semelhante a ele' (Gênesis 2:18). Assim, Ele desejou trazer uma companheira para o homem, que o enriqueceria com méritos e seria a glória universal da raça humana. (Tarabotti, 2004, p. 45-46)

A passagem conduz o leitor a refletir sobre a ideia, difundida em seu tempo, de que a mulher foi criada inferior ao homem, pois havia sido criada a partir dele. Podemos compreender que até o tempo de Tarabotti a leitura que se fazia dessa passagem geralmente passava pela ideia da mulher como *ajudante* subalternizada, ou seja, tomada pela perspectiva de uma *ajudante* subordinada ao invés de uma ajudante em pé de igualdade com os homens. Tarabotti se afasta dessa interpretação e faz um movimento contrário, compreendendo a criação da mulher como uma possibilidade de aprimoramento dos homens. Sendo sua semelhante e obra divina mais bem acabada completa a obra da criação, completando também a raça humana que até a criação do homem ainda estava incompleta e imperfeita. Para a filósofa, “a mulher deu a perfeição ao homem, e não o contrário, como alguns pregadores um tanto desprovidos de discernimento teriam afirmado”. (Tarabotti, 2004, p. 45) A autora compreende que a criação Divina atinge sua perfeição com os seres humanos, começando pelos homens e alcançando seu o ápice com as

mulheres. Desse modo, Tarabotti argumenta no sentido de evidenciar a superioridade da mulher na criação de Deus. Ela conclui afirmando que

Deus fez o orgulhoso homem no campo damasceno; mas de uma de suas costelas Ele fez a mulher no Jardim do Éden. Mesmo que eu não fosse mulher, eu inferiria que, devido à qualidade da matéria de que foi feita e também do lugar onde foi feita, a mulher é mais nobre, refinada, mais forte e mais digna do que o homem. (Tarabotti, 2004, p. 46-47)

Apesar do registro bíblico afirmar a semelhança entre homens e mulheres, o debate em torno da ideia da inferioridade das mulheres parte da matéria prima usada por Deus no ato de criação de homens e mulheres. Tal argumento pressupõe que, se a mulher foi criada a partir do homem, ela é inferior a ele. Tarabotti contesta esse argumento ao analisar a matéria prima em questão. Tendo sido o homem criado a partir do barro, não há como equiparar matérias como barro e corpo humano, no caso, o corpo masculino, sendo esse último muito superior ao barro. Tendo o barro como matéria prima Deus criou o homem, manifestando suas imperfeições. Tomando-o como matéria prima fez a mulher, superando todas as criações que lhe antecederam. Desse modo, partindo da perspectiva da matéria prima empregada na criação, as mulheres são superiores aos homens.

Essa conclusão, entretanto, não leva Tarabotti a propor uma inversão de hierarquia entre os sexos. Ao longo do texto ela sempre retoma a direção da igualdade entre homens e mulheres. Essa ideia de igualdade se funda na ideia de similaridade e, portanto, as diferenças entre os sexos não seriam suficientes para deixarem de serem similares. A percepção de igualdade entre os sexos leva Tarabotti a recuperar as passagens bíblicas mais usadas pelos homens de seu tempo para justificar a inferioridade das mulheres. De acordo com ela, Deus “estabeleceu ambos os sexos como governantes do mundo, sem discriminação. Ele não disse a Adão: ‘Tu reinarás sobre a mulher’. Ambos homens e mulheres nasceram livres, trazendo consigo, como um presente precioso de Deus, a inestimável dádiva da livre escolha” (Tarabotti, 2004, p. 51). Desse modo, o livro *Gênesis*, para Tarabotti, evidencia a similaridade entre homens e mulheres, destacando a liberdade que é uma dádiva para ambos. Isso pressupõe que Tarabotti toma homens e mulheres em uma relação de igualdade no que diz respeito às suas almas, antecipando um debate que ganha mais destaque no século seguinte. A tese de Tarabotti pressupõe que a alma da mulher não pode ser inferior à do homem e toda sua argumentação pressupõe a mulher como a criação mais perfeita e, portanto, tão imbuída de livre-arbítrio quanto o homem.

Nesse sentido, ao retomar o problema do pecado original, a autora destaca a figura de Adão. “Se ele sozinho tivesse a graça do livre arbítrio e fosse superior a Eva, ela não teria pecado” (Tarabotti, 2004, p. 51). Ou seja, se partimos do pressuposto de que as mulheres são inferiores e, por isso, não tem

autonomia para decidir sobre a própria vida, como querem os homens do tempo de Tarabotti, Eva não poderia ter pecado. O pecado original é consequência de uma escolha daquela que se valeu do seu livre-arbítrio, provido pela Providência Divina e manifesto no texto bíblico. Para ela, se Eva dependesse do consentimento de Adão para agir o pecado teria sido dele, e não dela.

A constatação da má interpretação do texto bíblico para difamar, inferiorizar e desrespeitar as mulheres leva Tarabotti a atribuir o crime do enclausuramento forçado à crueldade dos homens. Segundo a autora,

olhando para as perfeições deste grande edifício, ou para esses profundos mistérios, não encontro literalmente ou simbolicamente um indício de sombra de que Deus desejasse que houvesse mulheres enclausuradas em conventos contra a vontade delas. Esses edifícios existem por causa da trama humana - ou melhor, desumana - e nada mais. (Tarabotti, 2004, p. 48)

Essa trama identificada por Tarabotti serve a certos interesses, tal como veremos mais adiante. Por hora, é importante destacar o incansável trabalho de investigação da autora que percorre as Escrituras tendo em vista encontrar qualquer afirmação que possa corroborar minimamente as ações desses homens. Tarabotti se debruça sobre as minúcias do texto bíblico procurando qualquer vestígio que pudesse corroborar a necessidade do claustro. Conclui que não há evidências sobre votos religiosos e, conseqüentemente, comprova que o enclausuramento forçado de mulheres é uma determinação arbitrária dos homens. De acordo com o que ela afirma na *Tiranía Paterna*,

o que vemos diariamente acontecer, praticado mais do que qualquer outra coisa nesta era corrupta, eu considero um abuso, pois em nenhum lugar do Gênesis e em nenhum lugar em toda a extensão da Sagrada Escritura está registrado, mesmo que brevemente, que Sua Divina Majestade seja servida pelo enclausuramento involuntário de mulheres. (Tarabotti, 2004, p. 48-49)

Essa passagem é corroborada por outra em que Tarabotti, na Carta ao Leitor, a autora expõe explicitamente seus objetivos.

Meu único propósito é mostrar que em nenhum momento da história do mundo, em nenhuma legislação promulgada por Sua Divina Majestade, antiga ou moderna, se encontra um preceito que comande, ou um documento que ensine ou exorte, o sacrifício de virgens ao Senhor, encerrando-as contra suas vontades. (Tarabotti, 2004, p. 41)

As passagens evidenciam a arbitrariedade que caracteriza o crime e conduz o leitor a uma reflexão sobre as razões que levam os homens a encarcerarem as mulheres que não cometeram crimes. Evidenciam um abuso. Mais que isso, evidenciam a ausência de qualquer justificativa para o

enclausuramento forçado de mulheres e, por isso mesmo, caracterizam o crime. Sua investigação direciona seu leitor à conjuntura do crime, às motivações do abuso, tal como veremos a seguir.

CONTRA O IDEAL DE SUBSERVIÊNCIA FEMININA: DAS PAIXÕES AO CORPO DA MULHER

Compreender que homens e mulheres são igualmente capazes de escolher, que o livre-arbítrio foi igualmente distribuído entre eles e que exercer a livre vontade é fundamental para agradar a Deus é apenas parte da construção argumentativa de Tarabotti. De fato, essas constatações não são as únicas conclusões fruto de seus esforços. Os desdobramentos de sua investigação vão de encontro da ideia de igual liberdade de escolha entre homens e mulheres. Tarabotti procura evidenciar que a ideia de inferioridade que fundamenta a submissão das mulheres configura-se como uma premissa falsa. Para ela, essa caracterização enganosa das mulheres foi promovida por homens com interesses particulares e sem compromisso com a verdade. Tarabotti procura desenvolver uma compreensão da forma como as mulheres eram percebidas em seu tempo. Parte desse entendimento, para ela, é forjado a partir das funções sociais das mulheres em seu tempo. Para evidenciá-lo, a autora nos ajuda a compreender o que muitos homens de seu tempo pensavam sobre as mulheres. Dirigindo-se a eles, afirma:

Que arrogância é a sua, então, seus mentirosos, quando insistem repetidamente que a mulher serve ao homem apenas no que diz respeito à reprodução; e que, para o resto, ela é um animal imperfeito destinado, apropriadamente, a viver em sujeição a ele como o sexo instável, fraco e frágil. Com todas as suas mentiras neste assunto e em outros, você contradiz os comandos de seu próprio Criador e se revela como a prole do diabo (Tarabotti, 2004, p. 50)

Nessa passagem ela denuncia o ideal de subserviência feminina. Le Goff nos lembra que a mulher, nesse período, é definida pelo corpo e principalmente pela maternidade¹³. No intuito de mostrar que mulheres são mais que corpos que engravidam, a autora procura identificar o fundamento da crença da inferioridade das mulheres, caracterizada pela pressuposição da fragilidade e inconstância feminina. Ainda que Tarabotti não aceite o argumento da fragilidade feminina, ela o pondera. Para ela, ainda que se assumisse esse argumento, o encarceramento forçado não se justificaria uma vez que fragilidade não é crime. (Tarabotti, 2004, p. 43) Ao invés de ajudar quem supostamente precisaria de ajuda, tal como esperado dos tementes a Deus, homens de seu tempo oprimem e abusam daquelas que consideram mais frágeis, privando-as da liberdade, prendendo-as em uma cela no convento. Aceitar a fragilidade das

¹³ Le Goff, ao apresentar seu *O Homem Medieval* aponta as razões pelas quais as mulheres não figuram em sua obra. Sobre a forma como ele caracteriza as mulheres no período investigado ver: Le Goff, 1989, p. 21-22.

mulheres, portanto, não corrobora o crime do encarceramento forçado. Longe disso, a aceitação de fragilidade tenderia a expor um abuso em termos práticos e uma contradição em termos teóricos.

Para Tarabotti, assumir essa fragilidade, nos termos impostos pelos escritos dos homens, incluindo boa parte dos filósofos, não é uma possibilidade. Principalmente porque as principais acusações relacionadas à fraqueza das mulheres são de cunho moral, racional e social. Nesse sentido, Tarabotti recusa a acusação de fraqueza. De acordo com ela,

eles também praticam constantemente a difamação delas, acusando-as de “fraqueza” e chamando-as de frágeis, fracas e volúveis em tudo o que fazem. Daí que um poeta latino uma vez cantou com toda a malícia usual de seu sexo: ‘A mulher: para sempre uma coisa variável e volúvel!’ Muitos outros, contradizendo tal falsidade, têm confessado verdadeiramente a instabilidade de seu próprio sexo. (Tarabotti, 2004, p. 55)

O poeta mencionado pela autora nessa passagem é Virgílio, citado por uma legião de escritores, tal como Giuseppe Passi, reproduzido por Tarabotti na passagem supracitada. A afirmação evidencia como a crítica às mulheres se desloca dos aspectos físicos e corpóreos, dirigindo-se à fraqueza em seus aspectos morais. Nesse sentido, a passagem nos possibilita perceber que o argumento da fragilidade das mulheres é importante justamente porque diz respeito à inconstância, à volubilidade. Pressupõe, sobretudo, a inferioridade feminina em sua capacidade racional e moral. O argumento da fragilidade e, conseqüentemente, da inferioridade feminina, para Tarabotti, não se sustenta pela perspectiva filosófica. Nem naquilo que diz respeito ao corpo da mulher, nem ao que tange aspectos morais ou qualquer outra questão ligada à racionalidade. A autora se dedica a mostrar a similaridade entre os sexos, rejeitando qualquer possibilidade de inferioridade. Há dois aspectos principais de investigação para evidenciá-lo, um deles diz respeito à moralidade e o outro ao corpo.

O primeiro, relacionado aos aspectos morais, perpassa a dualidade humana entre as paixões e a racionalidade. Para evidenciar a virtude das mulheres Tarabotti argumenta contra uma longa tradição que percebe as mulheres como mais sujeitas às paixões que os homens. Para uma tradição clássica da filosofia, que remonta a Platão, as mulheres seriam menos capazes de guiar-se pela razão e mais suscetíveis à instabilidade das paixões que os homens. É claro que não é fácil se opor a uma construção ideológica tão consolidada na tradição filosófica. Tarabotti apela para a contradição inerente à imposição de forçar mulheres, supostamente inconstantes, à clausura e aos votos que demandam justamente constância e retidão inabaláveis por toda a vida.

Por favor, como esses extremos opostos podem ser conciliados: volubilidade natural e um estado de vida imutável, mudança de propósito e compromisso firme, inconstância de mente e residência fixa em um convento? E isso não por escolha própria, mas por determinação de

outrem, imposta a esses corpos e almas que vocês dizem ter a inconstância como atributo próprio. Como, vocês, homens cruéis — estou tentada a dizer, carrascos — podem atribuir moradias às mulheres, e moradias confinadas, que elas nunca podem mudar? (Tarabotti, 2004, p. 57)

Tarabotti pondera que o casamento podia ser anulado sob “justificativa plausível”, penas para crimes podiam ser revistas, mas os votos de uma noviça são irrevogáveis, independentemente da idade em que foram feitos (ou seja, mesmo quando feitos por crianças), eram para o resto da vida. A filósofa se vale do exemplo das freiras enclausuradas contra vontade para afirmar a capacidade de retidão das mulheres. Se as mulheres fossem volúveis, tal como reitera a tradição, não poderiam se manter constantes em um voto tão permanente como o das freiras. Acrescenta que as mulheres são capazes de tamanha virtude que, mesmo quando fazem esse voto contra vontade, conseguem perseverar e mantê-lo. Para Tarabotti, força é retidão, é precisamente a capacidade de controlar os impulsos, agindo segundo a reta razão. Tendo-o em vista, ela critica homens do seu tempo.

Fanfarronice não é o mesmo que força; é preciso resistir, perseverar e permanecer constante na fortaleza cristã. Como vocês podem se vangloriar de tal virtude quando são nada além de inconstantes? Vocês atribuíram erroneamente a fortitude a si mesmos, mentirosos. Pois aqueles que destroem a humanidade com armas não podem ser chamados de fortes; mas aqueles que enchem o mundo de filhos e boas obras, assim como nós, podem. (Tarabotti, 2004, p. 48)

A passagem identifica uma contradição na afirmação da fragilidade das mulheres e o voto de castidade compulsório. Ora, ao se partir do princípio de que as mulheres podem ser castas mesmo sem ter escolhido a vida no convento, pressupõe-se que as mulheres são capazes de conter seus impulsos, seus desejos e perseverar no cumprimento do voto de castidade que fizeram, ainda que obrigadas, enganadas ou ludibriadas pelos homens de suas famílias. Seriam os homens capazes do fazer mesmo? Tarabotti parece ir ao encontro dos argumentos utilizados pelos próprios homens que percebem o apetite sexual masculino como mais difícil de ser controlado. Essa suposta dificuldade muitas vezes é utilizada para justificar a infidelidade no casamento, por exemplo. Esse apetite, porém, não é o único impulso marcado pela inconstância, pois a história é a história das guerras e muito derramamento de sangue se deu em vão, pela dificuldade masculina em agir com retidão, razão e de manterem-se constantes. Fanfarronice e ímpeto de violência caracterizam aqueles que atribuem suas falhas morais às mulheres já que as mulheres recorrentemente ao longo da história figuram nos textos dos filósofos como inconstantes e menos racionais que os homens e, portanto, mais sujeitas às variabilidades das paixões.

A passagem também suscita o outro ponto relevante sobre a pressuposta fraqueza das mulheres, o corpo. Como poderia ser fraco um corpo capaz de gerar outro ser humano? Como poderia ser

considerado inferior o corpo capaz de gestar um filho? A maternidade pode ser compreendida como uma força feminina inegável. Nesse sentido, força e fragilidade são características que podem ser atribuídas aos corpos femininos e que a fragilidade mais imediata imposta pela gravidez, por exemplo, revela, no fundo, a força de poder gerar um ser humano. A argumentação de Tarabotti vai de encontro ao que ela pondera como contradições admitidas sem questionamentos, evidenciando-as e, inevitavelmente, conduzindo seu leitor a refletir com mais cuidado sobre natureza feminina. Tais questionamentos levam a autora a pensar a mulher para além do corpo. Sua investigação reitera a força de caráter das mulheres que, embora vistas socialmente como corpos que engravidam, são, também por isso, fortes. Do ponto de vista moral, são capazes de perseverar e, por exemplo, manter um voto de castidade, tal como vimos.

É importante notar que as conclusões alcançadas pela autora a respeito da natureza feminina são direcionadas à ideia de igualdade entre os sexos. Ao longo de seus textos, Tarabotti recorrentemente retoma o argumento emprestado das Sagradas Escrituras que assume a similaridade entre homens e mulheres. De acordo com ela, “a tolice do homem, no entanto, é tão grande que ele atribuiria a si mesmo sozinho todas as graças, favores e privilégios concedidos igualmente e imparcialmente pela bondade divina a um sexo tanto quanto ao outro”. (Tarabotti, 2004, p. 49) A passagem mostra, ao mesmo tempo, a similaridade entre homens e mulheres e a discrepância dessa constatação em relação à percepção mais cotidiana que se tinha dos sexos. Percepção essa que compreende a mulher pela sua inferioridade em relação aos homens. A autora insiste nas contradições dessa suposta inferioridade:

Os mesmos homens que acusam as mulheres de instabilidade e leviandade não devem, portanto, obrigá-las a votos perpétuos, pois não creio que se possa encontrar uma loucura maior do que desejar que um espírito nascido livre se amarre por uma decisão irrevogável e, no entanto, é precisamente isso que os homens tramam. (Tarabotti, 2004, p. 56)

Vale ressaltar que, nesse período histórico, a decisão de se casar ou se tornar freira não cabe à mulher e sim a seu pai ou homem responsável por ela. No caso das famílias ricas o suficiente para poder fazer essa escolha tal decisão vai de encontro aos interesses sociais da família, definidos pelo patriarca e alheios à vontade da mulher¹⁴. Ao mostrar as contradições da submissão das mulheres consequentes da relação de desigualdade que culturalmente se produziu entre os sexos Tarabotti aproxima seu leitor de uma perspectiva que tende a ser mais igualitária. A igualdade entre os sexos, para ela, fundamenta o caminho para a liberdade das mulheres. Desse modo, partindo do pressuposto de similaridade entre os sexos, não faz sentido anular a vontade das mulheres e submetê-las à vontade do homem da família. De

¹⁴ Silvia Federici investiga o tratamento dispensado às mulheres e sua relação com o processo de transição feudal ao capitalismo. Sobre o tema ver Federici, 2017.

acordo com ela, “é à imprudência masculina que se concede o direito de violar a vontade livre das mulheres e depois as deleita com invectivas injustas contra sua "volubilidade" e "inconstância””. (Tarabotti, 2004, p. 56) Tal violação de liberdade é inconcebível pois, para ela, não há nada que possa justificá-lo além de falácias.

Tarabotti vai esclarecendo a seu leitor que o crime de encarcerar mulheres não é ocasional. Ele não ocorre por ignorância ou acidente. Ele interessa a quem o pratica e, para ela, é esse interesse que torna pior o crime praticado por aqueles que conhecem os preceitos cristãos. Tendo-o em vista a autora procura evidenciar a inconsistência desse comportamento frente aos preceitos cristãos, identificando algumas de suas contradições. De acordo com ela, “os mais católicos e espirituais entre eles - ou, melhor dizendo, os mais hipócritas - consideram seu direito oferecer jovens criaturas a Deus em sacrifício ilegal, a fim de preservar suas próprias vantagens”. (Tarabotti, 2004, p. 43-44) Nessa passagem a autora deixa clara a existência de vantagens no encarceramento forçado de meninas. Quais seriam elas?

Margaret King procura compreender essa questão a partir dos dotes. De acordo com ela o convento seria uma alternativa ao pagamento de um dote que poderia rebaixar a família em uma dada configuração social. É, nesse sentido, um arranjo conveniente aos homens da família que preferiam manter-se em uma posição social mais elevada às custas da submissão das mulheres tuteladas por eles às condições que lhes parecessem mais convenientes. Desse modo, seguindo o pressuposto de inferioridade das mulheres, os homens estariam se aproveitando da fragilidade das mulheres para abusar delas. Nesse caso específico, pais estariam se aproveitando da fragilidade das filhas para se livrarem delas, encerrando-as em uma cela. Tal solução, de fato, era bem aceita do ponto de vista social e cultural¹⁵. No entanto, para a autora, ela revela uma perversão, pois perpetua uma percepção equivocada das mulheres. Tal como vimos, de acordo com ela, a Providência Divina distribuiu igualmente o livre-arbítrio entre homens e mulheres. Portanto, ambos são capazes de arbitrar sobre a própria vida. Nesse sentido, a simples condição de homem não coloca ninguém no lugar de arbitrar por uma mulher. Nos termos de Tarabotti: “se ela é semelhante a você, ó orgulhoso, ela não é inferior. Se ela lhe foi dada como sua ajuda, ela não deve servi-lo como escrava (...)” (Tarabotti, 2004, p. 50).

Desse modo, é possível considerar que o abuso acontece porque interessa aos homens. Nem as mulheres são inferiores, nem o enclausuramento forçado é sugerido pelas Escrituras. Mas, para os patriarcas, usar as mulheres como peças a serem movidas segundo seus interesses é um abuso viável, invisível do ponto de vista do costume e privilégio do qual os patriarcas não estão dispostos a renunciar.

¹⁵ Silvia Federici investiga a relação de imposição de subserviência das mulheres com a forma como o capitalismo se consolidou. Sobre o tema ver: Federici, 2019.

Nesse sentido, a autora direciona o problema para a esfera social. Apesar das mulheres figurarem como propriedades dos homens e, portanto, as relações entre os homens e mulheres de uma família dizerem respeito ao âmbito privado, Tarabotti inova ao identificar que deveria haver um limite nessas relações. Limite capaz de impedir abusos. Ela sabe que esse problema não pode ser resolvido só pelas mulheres e faz um apelo para pôr fim ao crime do enclausuramento forçado:

Por que, então, homens cruéis, desejam condenar as mulheres irrevogavelmente e injustamente à prisão perpétua, amarradas por sacramentos indelévels com os nós de juramentos feitos sobre as pedras sagradas do altar, sob pena de censura eclesiástica e excomunhão? Neste ponto, é necessária a voz de todos os escritores católicos e seculares, de modernos e antigos, de crentes e hereges, para se juntarem à minha em descrever a completa e profunda loucura dos homens. (Tarabotti, 2004, p. 56)

Esse apelo aos *escritores católicos e seculares, crentes e hereges*, para que se unam a ela contra os abusadores e em defesa das mulheres que permanecem vítimas de injustiça parece ainda ressoar nos dias de hoje quando nós reconhecemos que a falta de equidade entre homens e mulheres é um problema de todos e não só das mulheres. Tarabotti, na primeira metade do século XVII, já havia percebido que essa não é uma causa de mulheres contra homens, é uma demanda por direitos iguais e, acima de tudo, é uma causa política. O encarceramento forçado de meninas não ocorre sem que a cidade o permita, o facilite, e ainda recompense com prestígio os que o praticam. E tudo isso no seio da Sereníssima Veneza, República afamada pela liberdade consequente da igualdade, possibilitada pelas instituições políticas, pela constituição. Igualdade que excluía as mulheres, que concebia as mulheres como pertencentes à uma estrutura familiar e, portanto, parte de uma ordem privada. Nessa ordem privada, conhecida como família, eram tratadas como propriedade e, portanto, desprovidas de igualdade e liberdade por princípio. Ao defender a igualdade entre homens e mulheres Tarabotti constrói bases conceituais importantes para integrar as mulheres na vida pública, ainda que soubesse da impossibilidade disso se realizar em seu tempo. Às mulheres do futuro ela dedica sua vida, nos legando suas obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tarabotti mobiliza os temas próprios do período do Renascimento para discutir o enclausuramento forçado. Herda dos humanistas dos séculos que lhe antecederam o debate sobre igualdade e liberdade. Parte dessa inspiração para pensar a liberdade das mulheres partindo da igualdade e, com isso, se opõe ao crime de enclausuramento forçado. É a partir da tradição cristã que Tarabotti forja seus principais argumentos filosóficos. Ela se vale majoritariamente da filosofia cristã (em especial, de Tomás de Aquino) e das Escrituras para desenvolver seus argumentos, fazendo ao longo de seu texto,

diversas referências à tradição filosófica pagã. Estabelece, desse modo, um estilo de escrita próprio e adequado aos propósitos de suas obras, embora sua escrita seja marcada pelos constrangimentos consequentes de, sendo mulher, pensar e escrever em seu tempo.

De fato, após os séculos em que os pensadores humanistas discutiram igualdade e liberdade a partir da perspectiva da vida ativa, do espaço público¹⁶, Tarabotti, que não tinha acesso ao espaço público e, conseqüentemente, para quem o tema da vida ativa estava absolutamente interdito, parece manifestar uma herança cultural desse debate para pensar a liberdade das mulheres. Seu ponto de partida é um dos principais argumentos dos humanistas, acerca da ideia de igualdade. Ela, no entanto, desloca o debate e mobiliza a ideia de igualdade a seu modo. Usa o conceito para forjar uma ideia de equidade entre homens e mulheres, ainda que não use exatamente essa terminologia. É partindo da similaridade entre os sexos, valendo-se principalmente do texto bíblico para afirmá-lo, que a autora equipara a noção de livre-arbítrio a homens e mulheres. Desse modo, se homens e mulheres são igualmente dotados de livre-arbítrio, são igualmente livres.

Além de se valer do conceito de livre-arbítrio para defender a igualdade entre os sexos, Tarabotti recusa a ideia de inferioridade feminina. Sua construção argumentativa passa pelo tema da criação divina, recorrente nos textos dos escritores de seu tempo para imputar às mulheres a culpa pelo pecado original. Tarabotti visita as mesmas passagens bíblicas do livro do *Gênesis* para argumentar que Deus imputou uma ordem crescente de perfeição em sua obra, colocando a mulher no topo da criação dos seres vivos. A mulher foi o último ser criado por Deus e, por isso, o mais perfeito. Feita da matéria mais perfeita até então (a costela de Adão) a mulher encerra a obra criativa de Deus. Isso não leva Tarabotti a reivindicar a superioridade da mulher em relação aos homens, mas a evidenciar uma similaridade entre os sexos. Tal similaridade impediria que o pressuposto de maior fragilidade do corpo da mulher em relação ao corpo masculino tornasse a mulher inferior ao homem. Tarabotti recusa o argumento de fragilidade da mulher, sobretudo em termos morais, evidenciando a firmeza de espírito como atributo feminino, expresso por exemplo pela determinação das freiras em cumprirem seus votos.

Ao se dedicar a pensar o tema das paixões e recusar a ideia, enraizada na história da filosofia, segundo a qual as mulheres são menos racionais que os homens e, portanto, movidas mais pelas paixões que pela razão, Tarabotti enfrenta não somente os argumentos, mas a autoridade de uma gama de filósofos, dos quais podemos destacar Aristóteles, reconhecidamente a principal autoridade filosófica em seu tempo. Essa construção do texto da autora mobiliza argumentos filosóficos consolidados e os

¹⁶ Não ter acesso ao espaço público significa, além da exclusão de um espaço político de reivindicação de direito, a exclusão da história. Sobre os excluídos da história ver também Perrot, 2017.

enfrenta. A estratégia utilizada é própria da filosofia e, ainda assim, os escritos de Tarabotti são ignorados pela filosofia. É importante reconhecer Arcangela Tarabotti como filósofa. É lamentável que ela não tenha sido reconhecida em seu tempo, mas muito mais grave que ela permaneça invisibilizada ainda hoje.

Por fim, resta-nos destacar o apelo feito por Tarabotti a *escritores católicos e seculares, crentes e hereges* quando ela pede ajuda em sua empreitada contra o crime do enclausuramento forçado, mesmo sabendo das dificuldades interpostas para tal pedido fosse atendido. Mais difícil do que escrever sobre o crime parece ter sido sobreviver a experiência de uma vida de claustro. Tarabotti, enclausurada contra sua vontade desde criança, se põe nessa tarefa da escrita sabendo que ela poderia comprometer sua reputação, já que as virtudes femininas se fundavam em grande medida na modéstia e no silêncio. Como silenciar diante disso? A necessidade de se manifestar e, ao mesmo tempo, de responder de alguma maneira a tais parâmetros de mulher virtuosa aparece em suas ponderações. Essas últimas fazem referência à importância e nobreza da causa que movem uma freira fiel e temente a Deus a se manifestar. Ao dirigir-se ao leitor ela afirma:

Deve saber que fico um pouco corada diante de minha própria audácia ao colocar a pena no papel, carecendo de toda a erudição. Por outro lado, como católica, estou cheia de boa vontade e anseio esclarecer, em prol do cristianismo e do bem das almas, a imensa crueldade e traição dos homens. Refiro-me àqueles que, por pura ganância e ambição social, dedicam inocentes bebês no útero a um Inferno vivo - porque é isso que o claustro representa para as freiras forçadas a viverem lá. (Tarabotti, 2004, p. 41)

O absurdo do crime do enclausuramento forçado marca o tom de indignação do texto de Tarabotti. Ao mesmo tempo, o texto também é marcado pelo constrangimento da autora que, por ser mulher, deveria manifestar sua virtude pelo silêncio e não pela consternação diante da injustiça. Ao se manifestar ela contraria a presunção da virtude do silêncio. Acatar, aceitar, silenciar são virtudes femininas socialmente consolidadas. Das mulheres se espera a virtude do silêncio e de uma freira enclausurada o ápice da virtude do silêncio. Tarabotti precisa lidar com esse dilema pois sua manifestação, em tom de denúncia, ainda que tivesse boas razões desafia uma importante virtude esperada das mulheres. Uma equação sem solução. Em sua pena o drama da privação da liberdade ganha voz e norteia sua obra, inclusive apelando para que outros a ajudasse. Embora essa voz permanecesse oculta ao longo de toda a vida da autora, a publicação póstuma de *Tiranía Paterna* dirige seu leitor não somente ao fato, mas às causas, às consequências e aos argumentos filosóficos em torno da liberdade e, incontornavelmente, à privação da liberdade das mulheres.

REFERÊNCIAS

BENEVENUTO, Flávia. Maquiavel e a Tradição Republicana. In: *Prometheus*, n. 30, 2019. ISSN: 2176-5960 Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/11695>

BENEVENUTO, Flávia. Mulheres nas sombras da filosofia do Renascimento e alguns lampejos de resistência. In: *Prometheus*, n. 46, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/22288/16542>

CARDOSO, Sérgio. *Maquiavelianas: lições de política republicana*. São Paulo: Editora34, 2022.

CICERONE. *I Doveri*. Traduzione di Anna Resta Barrile. Milano: BUR Rizzoli, 2011.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação Primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FONTES, Ferreira Fontes. *Igualdade e Desigualdade no Republicanismo de Francesco Guicciardini*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe (Tese), 2024.

FOYSTER, Elizabeth. Male Honour, Social Control and Wife Beating in Late Stuart England. In: *Transactions of the Royal Historical Society*, Vol. 6, Cambridge: Cambridge University Press on behalf of the Royal Historical Society, 1996. http://www.jstor.org/stable/3679237?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents

KING, Margaret. *Women of the Renaissance*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

LE GOFF, Jacques (org). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editora Presença, 1989.

MANTIONI, Susanna. In: TARABOTTI, Arcangela. *Che le donne siano della spetie degli buomini. Un trattato proto-femminista del XVII secolo*. A cura di Susanna Mantioni. Capua: Artetetra Edizioni, 2015.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo - Rio de Janeiro, 2017.

POLYBE. *Histoires. Tome VI - Livre VI. Texte établi et traduit par Raymond Weil avec la collaboration de Claude Nicolet*. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

SANTOS, Mariana Dias Pinheiro. Liberdade Política e Sexual das Mulheres no Iluminismo Britânico. In: *Prometheus*, n. 46, 2024. ISSN:2176-5960 Disponível em:
<https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/22290>

TARABOTTI, Arcangela. *Paternal Tyranny*. Edited by Letizia Panizza. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2004.

ARCANGELA TARABOTTI: IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E O PROBLEMA DA LIBERDADE
DAS MULHERES. EK25049



BENEVENUTO, Flávia. *Arcangela Tarabotti: Igualdade entre os sexos e o problema da liberdade das mulheres*. **Kalagatos**, Fortaleza, vol. 22, n. 3, 2025, eK25049, p. 01-21.

Recebido: 10/2025

Aprovado: 11/2025